

**A BARBÁRIE INSTITUÍDA E INSTITUCIONALIZADA:
RETRATOS DO CAMPO BRASILEIRO PÓS-GOLPE****THE INSTITUTED AND INSTITUTIONALIZED BARBARY:
PORTRAITS OF THE BRAZILIAN COUNTRYSIDE AFTER THE
COUP****LA BARBARIE INSTITUIDA E INSTITUCIONALIZADA:
RETRATOS DEL CAMPO BRASILEIRO POSTGOLPE****Edson Batista da Silva¹***edson_bat_silva@hotmail.com***Ana Carolina de Oliveira Marques²***carol.geografia@hotmail.com*

Resumo: Este texto veicula uma análise do campo brasileiro pós golpe político-parlamentar/jurídico/midiático. Para tanto foram realizadas pesquisa documental, bibliográfica e pesquisa de campo em assentamentos rurais no Norte de Goiás. Os resultados revelam a permanência da acumulação primitiva, com o recrudescimento dos casos de assassinatos, ameaças de morte, tentativas de assassinatos, pistolagem, despejos, agressões, dentre outras formas de violência física direta, assim como ações de desmonte de políticas públicas que nos últimos anos contribuíram à permanência do trabalhador no campo. De modo geral, entende-se que o impeachment da presidenta Dilma Rousseff garantiu o “salvo conduto” à oligarquia agrária e aos capitalistas nacionais e internacionais para pilharem a terra, a água e os bens minerais, dentre outras riquezas e bens comuns.

Palavras-chave: Barbárie. Acumulação primitiva. Acumulação por espoliação. Violência.

Abstract: The text analysis the Brazilian countryside after political, parliamentary, juridical, media coup The essay is based on bibliography, desk and field research in rural settlements in the North of Goiás. The results reveal the persistence of the primitive accumulation, with the increase in the number of murders, death threats, assassination attempts, spoils, aggressions, among other forms of direct physical violence, as well as actions for the dismantling of public policies that in recent years contributed to the worker's permanence in the field. In general terms, the impeachment of President Dilma Rousseff has assured the agrarian oligarchy and national and international capitalists "safe conduct" to plunder land, water and mineral goods, among other wealth and common goods.

Key-words: Barbary. Permanent primitive accumulation. Accumulation by spoliation. Violence.

Resumen: Este texto desarrolla un análisis del campo brasileiro postgolpe político-parlamentario / jurídico/ mediático. Para esto se desarrolló investigación documental, bibliográfica e investigación de campo en asentamientos rurales del Norte de Goiás. Los resultados revelan la permanencia de la acumulación primitiva con el recrudescimiento de los casos de asesinatos, amenazas de muerte, tentativas de asesinatos, enfrentamientos, agresiones, entre otras formas de violencia física directa, así como acciones de desmantelamiento de políticas públicas que en los años contribuían a la permanencia del trabajador en el campo. De modo general, se entiende que el impeachment de la

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Docente da universidade Estadual de Goiás-UEG, Câmpus Coralina e Itapuranga, no Departamento de Geografia. Membro permanente do Mestrado Acadêmico em Geografia da UEG. Pesquisador do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo-GWATÁ.

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Docente da universidade Estadual de Goiás-UEG, Campus Itapuranga, no Departamento de Geografia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa-Espaço, Sujeito e Existência-Dona Alzira.

presidenta Dilma Rousseff garantizó el “salvo conducto” a la oligarquía agraria y a los capitales nacionales e internacionales para lucrar con la tierra, el agua y los bienes minerales, entre otras riquezas y bienes comunes.

Palabras claves: barbarie, acumulación primitiva permanente, acumulación por desposesion. Violencia

INTRODUÇÃO

Conforme Feliciano & Mitidiero Junior (2018) o golpe político-parlamentar/jurídico/midiático ampliou as formas de violência no campo brasileiro. Evidente que a formação histórica do território capitalista no Brasil foi acompanhado pelo derramamento do sangue de indígenas, camponeses, quilombolas, etc. Do mesmo modo, nos governos do PT permaneceu a pilhagem, o roubo dos bens comuns. Mas de modo geral, segundo os autores, a partir de 2015 o Congresso Federal instituiu formas de violência política/legislativa.

Com isso, ampliaram-se os ataques a direitos e conquistas dos trabalhadores do campo e da cidade. No campo aumentou a pilhagem de terras indígenas, quilombolas e camponesas, etc. O Estado institucionalizou a acumulação primitiva por meio de decretos, portarias e outras legislações. A violência sistêmica se imbricou à violência subjetiva para a reprodução ampliada do capital. Logo, a análise do campo brasileiro revelaria uma barbárie instituída pelos agentes capitalistas e institucionalizada pelo Estado? Para responder a este questionamento foi realizada pesquisa documental nos Cadernos de Conflitos no Campo publicados pela CPT- Comissão Pastoral da Terra, nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Também se procedeu a pesquisa bibliográfica, com localização, levantamento, leitura e fichamento de referências concernentes ao tema. Além disso, pesquisa de campo com realização de rodas de conversa nos assentamentos Gustavo Martins em São Miguel do Araguaia, Emiliano Zapata em Mutunópolis e Imperatriz no município de Amaralina-GO. Os relatos transcritos derivam de autores não identificados no texto, tendo em vista proteger a integridade dos mesmos.

O artigo apresenta a seguinte estrutura: na primeira seção são debatidos os conceitos de acumulação primitiva e violência. No segundo instante a discussão vincula-se às manifestações de violência no campo brasileiro pós-golpe político-parlamentar/jurídico/midiático. Na terceira parte a análise verte-se para os mecanismos de destruição de políticas públicas para o campo, a exemplo do Programa Nacional de

Habitação Rural – PNHR, importante nos últimos anos para um salto qualitativo da moradia rural.

A metodologia adotada para a avaliação de políticas públicas junto aos sujeitos dos assentamentos acima mencionados remete a rodas de conversa acerca dos temas centrais: PNHR e conjuntura político-econômica brasileira. Isto porque tanto o processo de construção das casas foi diretamente atingido pelo cenário político-econômico do Brasil nos últimos anos – corte no orçamento, atraso no repasse dos recursos; quanto o horizonte de insegurança que se avizinha dos sujeitos e movimentos sociais no campo ameaça suas condições imediatas de sobrevivência, entre elas a moradia digna.

Há a compreensão de que o país passa por um golpe que se institui junto aos poderes executivo, legislativo, judiciário e midiático, arquitetado por frações da burguesia nacional e internacional. O que se problematizou nos assentamentos, e que se traduz no terceiro tópico do texto, foi a dimensão prático-cotidiana do golpe, ou seja, as implicações no mundo vivido de sujeitos cujas existências estão na mira.

As atividades se deram segundo orientações freireanas: em roda trabalhadores e trabalhadoras expuseram suas trajetórias de vida e problemas cotidianos, a partir dos quais os mediadores, no ritmo próprio de cada coletivo, trouxeram elementos da macropolítica e da economia brasileiras.

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E VIOLÊNCIA: PRESSUPOSTOS A PARTIR DA ANÁLISE DA BARBÁRIE NO CAMPO

Segundo Marx (1977) a acumulação primitiva se consubstancia na metamorfose da propriedade privada em propriedade capitalista. “O que há no fundo da acumulação primitiva do capital, no fundo de sua gênese histórica, é a expropriação do produtor imediato, é a dissolução da propriedade, fundada sobre o trabalho pessoal de seu possuidor” (MARX, 1977, p. 115). Os capitalistas eliminam o controle dos meios de produção e conseqüentemente a autonomia produtiva dos camponeses. Se institui a proletarização, com difusão do trabalho assalariado, com a concentração de capital, o que concede ao capitalista decréscimo no valor do capital variável, com o aumento da taxa de mais-valia.

O capitalismo eliminou historicamente os produtores diretos, com apropriação dos excedentes (WOOD, 2016a). O fortalecimento da propriedade capitalista representa ruína de outras formas de propriedade. No mundo isso não foi encerrado, os produtores ainda dominam meios de produção e obtêm artigos para autoconsumo, como os camponeses que controlam a terra e outros meios de produção (MARX, 1977). A separação dos produtores

dos meios de produção historicamente foi realizada a ferro, fogo e sangue, com uso de mecanismos como: a pilhagem, o roubo, a conquista, o predomínio da força bruta. A acumulação primitiva é estrutural ao capital, tendo em vista a formação da propriedade privada capitalista.

No campo se manifesta nas ações de despejo, tortura, tentativa de assassinato, ameaça de morte e assassinato, dentre outras variáveis. Harvey (2014) propõe o conceito de acumulação por espoliação. Para ele, há a continuidade de práticas predatórias na geografia histórica do capitalismo. O conceito proposto revelaria um processo em prosseguimento. Discorda-se, entretanto, do entendimento de que a acumulação por espoliação substitui o conceito de acumulação primitiva. Entende-se que há um salto quantitativo, não qualitativo no conceito apresentado.

Harvey (2014) traz novos elementos de acumulação, tais como: a apropriação da criatividade intelectual, a “mercadificação” dos conhecimentos, das crenças, das formas culturais de populações originárias, o aumento do poder do capital financeiro e do sistema de crédito, a instituição do direito de propriedade intelectual, a ampliação da biopirataria, a “mercadificação” da natureza em todas suas formas.

Vergés (2014) discorda de Harvey (2014), a acumulação por espoliação é um termo descritivo e vazio. Contrário ao segundo autor, compreende que há um nexos causal entre acumulação primitiva e acumulação por reprodução expandida. A primeira institui violência extra-econômica, a segunda à violência econômica, com apropriação da mais-valia. Portanto, não são formas distintas de acumulação. Harvey (2014) não supera o núcleo denso do conceito apresentado por Marx (1977), ou seja, a separação do produtor dos meios de produção, a eliminação da autonomia produtiva, a criação da propriedade privada capitalista.

O fato é que a acumulação primitiva institui diferentes formas de violência. Zizek (2014, p. 24) acredita que há a violência sistêmica: “[...] estamos falando sobre a violência inerente a um sistema: não só da violência física direta, mas também das formas sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e de exploração, incluindo a ameaça de violência.” O autor entende que o funcionamento regular do capitalismo instaura a violência do sem-teto, dos sem-comida, dos sem-terra, dos sem-trabalho, etc.

Do mesmo modo, para o autor há a violência subjetiva, expressa na violência física direta, praticada por agentes sociais, aparelhos repressivos e multidões fanáticas. Ela se materializa na agressão física, na tortura, no assassinato, nas tentativas de assassinato. Zizek (2014) também aborda a violência simbólica, difundida pela linguagem, com a imposição de

um universo de sentido. No discurso cotidiano habitual se justifica formas de dominação e exploração.

Entende-se que há uma acumulação primitiva, em detrimento de uma acumulação por espoliação. Harvey (2014) não propôs um novo conceito, apenas apresentou novos elementos a discussão, tanto que menciona a acumulação por espoliação como o prosseguimento da acumulação primitiva. Mas o desejo desenfreado por novos termos trouxe a acumulação por espoliação para o centro explicativo das questões que envolvem os processos de expropriação. Comunga-se também da compreensão de que Harvey (2014) equivoca-se na concepção de que a acumulação por reprodução expandida e a acumulação primitiva são momentos distintos da acumulação capitalista.

Há nisto um nexos causal, a violência extra econômica combina-se com a violência econômica. Os quilombolas, camponeses, indígenas, etc. expulsos da terra, tornam-se mão-de-obra barata nos centros urbanos do Brasil. A produção do capital combina-se com a extração da mais-valia. Isso posto no próximo item a atenção se verte para a acumulação primitiva presente no campo após o golpe político-parlamentar/jurídico/midiático.

A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA PÓS-GOLPE POLÍTICO-PARLAMENTAR/JURÍDICO/MIDIÁTICO

Feliciano & Mitidiero Junior (2018) acreditam que a violência é uma potência econômica. No Brasil a violência sistêmica se manifestou historicamente no genocídio indígena, na escravidão, no colonialismo e na Lei de Terras de 1850. No século XXI, sobretudo após o golpe, revelou-se na privatização de terras e na mercantilização de bens comuns. Essa forma de violência viabiliza a acumulação primitiva, com a produção de capital. De acordo com os autores, no final do século XX e início do século XXI, declinou o capitalismo produtivo e ascendeu o capitalismo financeiro especulativo e o capitalismo criminal.

Feliciano & Mitidiero Junior (2018) afirmam que no campo brasileiro novos capitais foram criados com a grilagem de terras, viabilizado pelas expulsões, assassinatos, dentre outras formas de violência subjetiva. A acumulação primitiva também permitiu absorção de capital especulativo. Nela, a violência apresentou-se como estratégia política de produção e reprodução capitalista. Os autores sustentam que há um agrobandidismo no campo, perceptível no roubo, nas expropriações, na violência física direta contra aqueles que se colocam contrários ao caminho do agronegócio.

Esse setor foi *partícipe* fundamental da deposição de Dilma Rousseff. A bancada ruralista forneceu 50% dos votos para o *impeachment*. Também ofereceu 50% e 54,5% dos votos contrários à investigação de denúncias atribuídas ao presidente Michel Temer. O fato é que a oligarquia agrária, mesmo com os privilégios obtidos queria mais, por isso traiu a aliança tecida com os governos LULA e Dilma.

Com isso, a oligarquia agrária apoiou retrocessos nos direitos indígenas e para as diferentes frações do campesinato. Conforme os autores, houve a medida provisória 733/2016, que concedeu perdão de 65% a 95% do saldo devedor dos latifundiários. Também perdoou a dívida com o FUNRURAL-Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural e aprovou a lei 13.467/2017, que legalizou a grilagem de grandes áreas, sobretudo na Amazônia. O campesinato foi atingido diretamente pelo projeto de Lei 13.465, que possibilita a mercantilização de terras públicas, comunitárias e de uso comum, inclusive dos assentamentos de reforma agrária mediante os processos de titulação dos lotes.

Também conforme o Atlas do Agronegócio (2018), em 2015 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Sementes, Doação e Compra direta – investiu R\$ 609,3 milhões, enquanto em 2018 o valor caiu para R\$ 0,75 milhões. O apoio ao desenvolvimento dos Territórios Rurais declinou de R\$ 372,5 milhões em 2015 para R\$ 25,1 milhões em 2018. O PAA-Formação de Estoques teve redução orçamentária de R\$ 32,8 milhões para R\$ 3,2 milhões entre 2015 e 2018. O programa de Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) reduziu de R\$ 83,1 milhões para R\$ 10,2 milhões os investimentos no período.

Já na Assistência Técnica e Extensão Rural foram diminuídos os investimentos de R\$ 607,3 milhões em 2015 para R\$ 133 milhões em 2018. Dessa forma, o legislativo e o executivo, com a aprovação de projetos de lei, eliminação de órgãos, ministérios e políticas públicas garantiu segurança jurídica ao agronegócio e fragilizou a agricultura camponesa (FELICIANO & MITIDIERO JUNIOR, 2018). Por isso os autores afirmam: aconteceu no Brasil um golpe de classe. A oposição política não teve forças para impedir as ações favoráveis às frações da burguesia.

Segundo Feliciano & Mitidiero Junior (2018), as “ruas” também mostraram-se débeis, os movimentos populares não conseguiram refrear os retrocessos nos direitos e políticas públicas existentes. A “*lógica do mal menor*”, de certa forma adotada por muitos movimentos sociais camponeses nos governos do PT, sobretudo pós-2005, resultou na cooptação, descrédito e descolamento de muitas lideranças da base. Pós-2011 o esgotamento da política de conciliação, devido à crise do capitalismo internacional, fez com que as frações

da burguesia brasileira cobrassem a revisão do pacto tácito costurado. Com isso, as políticas públicas vinculadas a agricultura familiar camponesa foram gradativamente fragilizadas.

A violência no campo aprofundou, assumiu ares de barbárie a partir de 2016. Conforme a Tabela 1, os assassinatos cresceram 22% entre 2015 e 2016, as tentativas de assassinatos 25%, as ameaças de morte 39% e o número de agredidos 206%. Feliciano & Mitidiero Junior (2018) revelam que em 2017 ocorreram 5 massacres e 71 assassinatos, equivalente à média de 6 assassinatos por mês. Evidente que o campo brasileiro sempre revelou uma face barbara, o sangue camponês, indígena, quilombola sempre derramou em nome da propriedade privada capitalista da terra. Mas no cenário de ampliação da acumulação primitiva a “limpeza” dos territórios ocupados foi aprofundada.

De acordo com os autores, as vítimas foram principalmente trabalhadores rurais sem-terra, quilombolas, posseiros, pescadores, ribeirinhos/caiçaras, pequenos produtores rurais, lideranças e indígenas. Aconteceu o assassinato de famílias inteiras, a violência física direta tornou-se o mecanismo de mediação dos conflitos, o que colocou em xeque a democracia e ampliou a barbárie (FELICIANO & MITIDIERO JUNIOR). A certeza de impunidade da oligarquia agrária aguçou o sentimento de “*tudo pode.*” Com isso, reforçaram mecanismos de acumulação primitiva.

Os massacres em 2017 expressaram a “*pedagogia do terror*” (FELICIANO & MITIDIERO JUNIOR, 2018). Cadáveres foram degolados, carbonizados, desfigurados com o objetivo de demonstrar o poder dos latifundiários sobre a vida dos povos indígenas e de frações do campesinato. Assassinatos foram cometidos com armas brancas, armas de fogo e porretes. Da mesma maneira, realizou-se execuções sumárias e esquartejamentos. No dia 19 de abril de 2017 foram assassinados 9 camponeses posseiros em Colniza, no estado de Rondônia. Faca, facões e armas de fogo foram utilizados por jagunços contratados por latifundiários interessados na Gleba Taguarucu do Norte.

Tabela 1 – Brasil – Violência contra a pessoa (2015-2017)

Ano	Nº de conflitos	Pessoas envolvidas	Tentativa de assassinato	Ameaça de morte	Assassinatos	Presos	Agredidos	Torturados
2015	1.217	816.837	59	144	50	80	187	3
2016	1.536	909.843	74	200	61	228	571	1
2017	1.431	708.520	120	226	71	263	137	6
Total	4.184	2.435.200	253	570	182	571	895	10

Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo (2015-2017). **Elaboração:** SILVA, Edson B. da, 2018.

Em maio de 2017, 10 camponeses acampados foram executados de forma sumária por policiais militares no município de Pau D'arco no Pará (FELICIANO & MITIDIERO JUNIOR, 2018). A versão da polícia, de um suposto confronto, foi negada pelos tiros nas costas e no coração das vítimas. Também foi alterada a cena do crime e as armas apresentadas como pertencentes aos camponeses eram enferrujadas e velhas.

No mês de abril de 2017, no povoado de Bahias, em Viana, no estado do Maranhão, aconteceu a tentativa de massacre dos indígenas Gamela (FELICIANO & MITIDIERO JUNIOR, 2018). De acordo com os autores, os fazendeiros da localidade, após a retomada da área pelos indígenas, contrataram jagunços e convocaram a população. O resultado foram 22 índios feridos, em que duas vítimas tiveram as mãos quase decepadas por golpes de facão.

Já no mês de agosto de 2017 foram mortos 6 camponeses quilombolas na comunidade Lúna, em Lençóis, na Chapada Diamantina, no estado da Bahia. Os assassinatos decorreram de conflitos agrários na região (FELICIANO & MITIDIERO JUNIOR, 2018). Segundo os autores, nos massacres de 2017 sequer se recorreu ao “*kit Massacre*”, em que o presidente da república realiza pronunciamento, o ministro da justiça publica uma nota cobrando soluções para o caso e a polícia realiza investigações no local do crime.

A tabela 2 retrata os casos de violência contra a posse e a propriedade. Nota-se, sobretudo entre 2015 e 2016, o aumento das ocorrências, das famílias atingidas, das famílias expulsas, despejadas, ameaçadas de despejo e que sofreram tentativa de expulsão. Também são significativos os valores de famílias que tiveram casas e roças destruídas e que foram vítimas de pistolagem. Os dados das tabelas 1 e 2 podem ser explicados pela ampliação dos conflitos pela terra e pela água.

No ano de 2016 ocorreram 1.295 conflitos, com 909.843 pessoas envolvidas e 23.697.019 hectares de terras disputados, valor que ampliou para 37.019,014 hectares no ano de 2017 (FELICIANO & MITIDIERO JUNIOR, 2018). Além do que, houve 172 conflitos pela água em 2016 e 197 em 2017. De acordo com os autores, o governo Michel Temer também cortou verbas do grupo móvel de fiscalização do trabalho escravo, proibiu a publicação da “Lista Suja” do trabalho escravo e lançou a portaria 1.129, que equiparou a definição de trabalho escravo ao período colonial para salvaguardar as práticas contemporâneas comandadas, sobretudo, pela oligarquia agrária. Assim os dados de trabalho escravo e superexploração do trabalho declinaram.

Em 2016 foram registrados 68 casos de trabalho escravo, com 751 pessoas envolvidas e no ano de 2017, 66 casos com 530 trabalhadores encontrados sob essa condição de trabalho (FELICIANO & MITIDIERO JUNIOR, 2018). Os dados apresentados reforçam a tese de que há uma intensificação da violência em curso no Brasil pós-golpe político-parlamentar/jurídico/midiático, manietada pela aliança das frações da burguesia. No campo a violência sistêmica e subjetiva visa eliminar legislações e sujeitos que se colocam no caminho da acumulação primitiva do agronegócio.

Os movimentos sociais são perseguidos e desarticulados. Os sujeitos que lutam para entrar e permanecer na terra são violentados. A arma da polícia serve, em inúmeras situações, aos interesses da oligarquia agrária. Portanto, após 2015 a barbárie instituída e institucionalizada foi ampliada no campo. Houve licença moral para matar, para caçar os lutadores do campo (FELICIANO & MITIDIERO JUNIOR, 2018). Segundo os autores, os assassinatos no campo foram crimes políticos, buscaram destruir os movimentos sociais e a luta por direitos sociais.

Concorda-se com Feliciano e Mitidiero Junior (2018), há na escalada de violência no campo mecanismos de acumulação primitiva, com roubo de terras e outros bens comuns de frações do campesinato e dos povos indígenas para servir ao agronegócio. Isso explica os massacres de Pau D'arco, Colniza e da Comunidade quilombola Lúna, assim como a tentativa de assassinato dos indígenas Gamela. No próximo tópico, a discussão se concentra nos mecanismos de violência institucional que atingem assentados em assentamentos no Norte de Goiás, a partir da temática da habitação rural.

NA RODA E NA MIRA: EDUCADORES E SEM-TERRAS

O golpe tem sujeitos, classe.

O golpe golpeia sujeitos.

Sujeitos golpeando sujeitos.

Miguel Arroyo – Goiânia, 25 de setembro de 2018

Nos três dias que antecederam a conferência do sociólogo e educador Miguel Arroyo na cidade de Goiânia, três educadores – dois geógrafos e uma cientista social – circularam por assentamentos rurais no Norte Goiano: Assentamento Gustavo Martins (São Miguel do

Araguaia), Assentamento Emiliano Zapata (Mutunópolis) e Assentamento Imperatriz (Amaralina). As visitas obedeciam a dois objetivos: 1. Realizar a avaliação participativa do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), ocasião em que os beneficiários fizeram um balanço do processo de construção das casas; 2. Promover um debate acerca da conjuntura político-econômica do Brasil e as eleições presidenciais em curso.

O PNHR é um programa federal (lei 11.977/2009) vinculado ao Ministério das Cidades em parceria com a Caixa Econômica Federal, órgão que fiscaliza a execução das obras e presta apoio às entidades representativas sem fins lucrativos. Os recursos destinam-se à construção e reforma de casas para habitantes rurais de renda bruta anual de até R\$17.000,00. Os valores para a região Centro-Oeste são R\$34.200,00 para construção e R\$20.700,00 para reforma. Em 2013, os beneficiários de reforma agrária foram incluídos no programa.

Com exposto na introdução, foram realizadas rodas de conversa, segundo orientação da pedagogia freireana, com trabalhadoras e trabalhadores assentadas(os) (vide figuras 1 e 2). O início das atividades se deu no Projeto de Assentamento (PA) Gustavo Martins (2005), cujo nome é homenagem a uma criança que fora vítima de atropelamento no PA Dom Fernandes (Itaberai). O assentamento abriga hoje 55 famílias que, segundo relatos de D. Regina, responsável pela unidade camponesa que sediou a primeira roda, têm rendas provenientes de aposentadorias, vendas de gado e hortaliças nas cidades vizinhas.

D. Regina fez girar a roda com fragmentos de sua trajetória no mundo do trabalho. Transitou entre as profissões de vendedora, escritã e supervisora de confecção têxtil, ocupação em que se deteve por maior período. A disciplina e ritmo fabril marcam sua narrativa acerca dessa experiência:

Você chega numa fase de esgotamento tão grande... As costureiras trabalham com o cronômetro nas costas! O que eu consegui? Esporão no pé de tanto correr com peso e impacto. Cabeça ruim, agonia. – D. Regina, PA Gustavo Martins, setembro de 2018.

Figura 1 – Roda de conversa no Assentamento Gustavo Martins (São Miguel do Araguaia), Goiás, setembro de 2018.



Autor: MARQUES, Ana Carolina de O. 2018.

Figura 2 – Roda de conversa no Assentamento Emiliano Zapata (Mutunópolis), Goiás, setembro de 2018.



Autor: MARQUES, Ana Carolina de O. 2018.

Esteve também presente seu companheiro, Sr. Carlos, cujos relatos apontam para um salto da qualidade de vida na condição de assentado:

Não tem um dia pra eu me arrepender de vir [para a assentamento]. Aqui não temos dinheiro sobrando, mas não temos dívida. Temos um relacionamento bom com a cidade. Se você liga no prefeito, no vereador, atende na hora. Os colegas, [policiais] aposentados, estão hoje doentes, cheios de trauma. – Sr. Carlos, PA Gustavo Martins, setembro de 2018.

A principal atividade econômica do casal é a produção de pimenta. Dos trezentos pés na parcela, coletam 60kg de pimenta mensais que entregam em uma unidade de processamento na cidade de Itaberaí, por um preço que varia de 18 a 25 reais o quilo. O manejo da cultura é feito com fumo, unira de vaca e esterco. Em comparação com o litro de leite, cotado na ocasião em 80 centavos, o casal reitera a vantagem da produção de pimenta.

Quando questionados acerca das maiores dificuldades enfrentadas no assentamento, mencionaram a carência de políticas públicas de incentivo à permanência dos jovens, a indisposição de assentados para o trabalho associativo e os impeditivos ambientais, sobretudo a inaptidão agrícola do solo. Ainda assim, insistem que “*o que move a economia local são os assentamentos*”³.

Sr. Carlos e D. Regina lembraram, com certo saudosismo, os tempos de acampamento. Destacaram o “fazer-se camponês” que empreendem desde o primeiro contato com o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Com histórias de vida carentes de longos períodos em espaços rurais, os dois se consideram “*adaptados*” ao clima, à coletividade e ao trabalho agrícola desenvolvido no assentamento.

A roda gira...

Denise e seu companheiro, paraenses, de cultura camponesa e indígena, expropriados de suas terras. Dona Irene e sua fobia de raios. Seu Zé e sua trajetória como trabalhador do turismo no Rio Araguaia.

Mulher, indígena, trabalhadora, migrante, analfabeta. Homem, dores corporais, assalariado, pastor. Vidas costuradas por violências sofridas e projetos de vida falidos nas cidades brasileiras. À medida que a roda girava, a heterogeneidade desses sujeitos se revelava e cada vez mais o rótulo de “assentados” dizia menos sobre eles.

A caravana seguiu para o Assentamento Emiliano Zapata (2009), nome em homenagem ao “campesíndio” (BARTRA, 2008), ícone do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN/México). As 13 famílias que lá vivem têm suas rendas provenientes, sobretudo, da produção de açafrão.

O PA expressa a realidade de muitos assentamentos no Brasil no que diz respeito, por exemplo, às condições precárias de moradia. Sem acesso à água encanada, os assentados

³ No Norte Goiano constam 99 assentamentos, 32% do total do estado (INCRA, 2018).

recorrem aos poços, cada vez mais profundos e ineficientes. A rede de energia elétrica foi consolidada no início do ano de 2018, após quase dez anos sem esse serviço.

Em situação similar se encontram as 11 famílias do Assentamento Imperatriz (2009), no município de Amaralina, cuja rede elétrica data do ano de 2017. O maior problema no assentamento continua sendo, entretanto, a seca.

A: Eu só tinha uma vaca, mas não aguentou a seca

B: Eu panho água na cabimba

Dona Floripa, 83 anos, assentada no PA Imperatriz, enfrenta a seca que assola a região, e que conforma paisagens similares às que sugere Graciliano Ramos em “Vidas Secas” (Figura 3).

Figura 3 – Antiga habitação no Assentamento Imperatriz (Amaralina) - Goiás, setembro de 2018.



Autor: MARQUES, Ana Carolina de O. 2018.

Dona Floripa enfrenta ainda as dores do corpo, uma hérnia que retornou após a primeira cirurgia de retirada, e as dores da alma, o luto de uma filha vítima de câncer. Essa condição não obstruiu sua alegria pela conclusão da primeira casa de alvenaria que habita, a partir dos recursos do Programa Nacional de Habitação Rural: “*Eu tou tão alegre, hoje tenho tanquinho dentro de casa para lavar roupa*”.

As casas seguem ao padrão estabelecido pelo Ministério das Cidades (vide Figura 4): dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. Apesar da insensibilidade com as particularidades da vida no campo e as tradições culturais dos sujeitos – a ver o tamanho reduzido da cozinha e a inexistência de varandas –, o produto correspondeu às expectativas dos beneficiários:

C: Tô muito satisfeito com a minha casinha, material de qualidade, pagou tudo certinho...

D: Comprei geladeira, televisão, telefone rural, parabólica. Tá prontinha. Vai lá pros cês ver!

E: A casa é tão escura que hoje acordei às 7:30 [risos]

F: Já vou passar a chuva na minha casinha, não vou molhar mais

G: Tôe, depois da casa, achou até noiva e vai casar

H: Eu nunca possuí o que eu tenho hoje

I: Todo mundo chega e elogia. Ninguém pôs defeito

Figura 4 – Edifício construído com recursos do PNHR (PA Imperatriz - Amaralina), Goiás, setembro de 2018.



Autor: MARQUES, Ana Carolina de O. 2018.

Não só o produto foi avaliado na ocasião das visitas, também o processo. Os assentados notaram o fortalecimento dos vínculos comunitários nos quatro anos de reuniões,

compras coletivas, mutirões, trocas de experiências, discordâncias e pequenas transgressões às normas estabelecidas no programa.

J: Nós nos tornamos mais amorosos uns com os outros

K: Veio o Diney e o pai pra me ajudar a pôr as madeiras. Ficaram 2 dias. Depois veio o Carlos me ajudar a colocar as telhas.

L: Nós somos 4, cada um pegou num canto e levantou a casa. Depois veio o Zé Maria e segurou no meio. [risos]

As políticas de habitação social estão, todavia, ameaçadas de extinção. Diversas medidas adotadas pelo governo Michel Temer compravam essa sentença, a começar pela Emenda Constitucional 95/2016 que congela os gastos públicos por 20 anos, entre eles os gastos em moradia. Outros exemplos são o plano orçamentário de 2018 e a portaria nº 366 de 7 de junho de 2018. O primeiro documento sequer prevê despesas com habitação social e a portaria, retira a obrigação do governo em cumprir as metas anuais anteriormente estabelecidas, condicionando o investimento em habitação à situação orçamentária.

Ameaça também o horizonte de privatização e o desmonte dos bancos públicos presentes no receituário neoliberal já endossado pelo candidato eleito à Presidência da República, Jair Bolsonaro.

A avalanche neoliberal no setor habitacional cumpre a uma força ideológica: desmontar as políticas públicas que contribuem à manutenção do trabalhador no campo. Dessa forma, subtrai os poucos entraves que ainda se apresentam à consolidação do projeto de campo capitalista. Mais uma etapa necessária ao golpe.

O cenário apresentado dá concretude à violência sistêmica idealizada por Zizek (2014). Violências políticas e econômicas que acontecem o tempo todo para que as coisas se mantenham na “normalidade”. A normalidade, neste caso, são camponeses expropriados, mortos, humilhados.

Encaminhou-se o encerramento das rodas de conversa “justamente” com o tema da violência. A interpretação do poema “A morte do leiteiro” de Carlos Drummond de Andrade suscitou comentários como:

M: O Brasil mata mais do que lá fora

N: Se você não souber votar agora, você não tem futuro

Os assentados não deixam de ser Sem-Terras, porque compreendem o termo não na sua literalidade, mas como um chamado político, uma identidade de classe. Por isso, temem,

diante de declarações de violência e ódio, o futuro dos sujeitos e movimentos sociais no campo.

Mas o temor logo se transforma em indignação com as ações nefastas dos setores e agentes que se beneficiam com tal situação: “*Se eu comprar uma arma, vou dar um tiro na minha televisão*”.

Compreendem, ao seu modo, a arquitetura do golpe, até mesmo os analfabetos. E essa compreensão que ocorre nos espaços não formais, à revelia dos sistemas de ensino, preenche o educador de certezas, e o coloca no centro da roda.

Certeza de que há educação fora da escola, há outros sujeitos e outras pedagogias em movimento (ARROYO, 2017), há inteligências invisibilizadas pelo latifúndio do saber. Certeza de que ali a Educação se realiza em sentido pleno:

O papel da Educação [...] é trazer à tona as condições necessárias para a evidenciação das contradições da sociedade [...], para que no seu entendimento e esclarecimento possa surgir um inconformismo com o presente e, a partir daí, uma outra possibilidade para a condição da existência humana. (STRAFORINI, 2018, p. 178).

O grau de entendimento das relações de poder pelos assentados, percebido nas rodas de conversa, atesta a primazia da experiência como via de aprendizado. Daí, a urgência de professores – e aqui faz-se um enfoque no ensino de Geografia –, irem a campo, pesquisarem, preencherem seus discursos de experiências narradas, de mundo vivido, e desse modo, refundar a escola a partir de ações comprometidas com a transformação social. Só assim parece possível afirmar o ensino de Geografia como prática espacial de significação contraposta ao discurso hegemônico:

Não temos receio algum em afirmar que se há uma prevalência incontestada de práticas espaciais heterônomas ou hegemônicas na sociedade é porque o ensino de Geografia, enquanto uma prática espacial de significação discursiva, produz os discursos legitimadores dessas práticas hegemônicas. (STRAFORINI, 2018 p. 189)

Posicionar-se nessa batalha discursiva requer esclarecimento da natureza das relações sociais enquanto relações de poder. Mas não só: há que se nomear, apontar, destrinchar, pormenorizar os sujeitos e estratégias em jogo. Por exemplo: no que tange ao golpe em curso, quem são os sujeitos que representam a burguesia agrária, industrial e financeira? Quem são os sujeitos que golpeiam? Quem são os sujeitos golpeados?

A radicalidade política que reclamamos levará o educador a se reconhecer também trabalhador golpeado. Reconhecer que na roda da vida, na luta de classes, ele e os Sem-Terra estão muito próximos. Surpreso, chegará à seguinte conclusão: educadores e Sem-Terras estão na mira de governos neoliberais, anti-democráticos e fascistas. E só há um gesto que dele os salvará: dar as mãos para girar a roda da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As violências se manifestam em múltiplas escalas, desde a escala do corpo à escala do mundo. Em nome da acumulação primitiva, torna-se hegemônico o trabalho que adoce, seja o trabalho escravo ou o superexplorado, marcando o corpo e a memória da (ex)costureira, do (ex)policial e de todos sujeitos cujas ocupações precárias acarretaram o esgotamento de suas forças físicas e intelectuais. Obrigando-os, desse modo, a reinventar suas existências. No texto, percebe-se que essa reinvenção no campo, quando coloca em xeque projetos da oligarquia agrária, é novamente combatida por violência física direta e violência sistêmica.

Os camponeses, quilombolas, ribeirinhos, indígenas quando se contrapõem à acumulação primitiva são assassinatos, torturados, agredidos, ameaçados, expulsos, despejados, sabotados. Os mecanismos variam dos mais explícitos aos mais sutis, como o desmonte de políticas públicas que precariza a reprodução desses sujeitos e amplia as mazelas sociais como a fome, o déficit habitacional, as habitações de risco, o desemprego, o adoecimento. Nessa condição resta-lhes, na maioria das vezes, a migração, mais um fenômeno resultado da violência sistêmica.

A despeito da superestrutura, promotora da violência simbólica, as contradições que marcam a subjetividade dos sujeitos violentados são combustível para reações a contrapelo. A luta de classe não se encerra com o golpe jurídico/parlamentar/midiático, pelo contrário, amplia-se.

A barbárie instituída e institucionalizada seguirá seu curso num cenário de aprofundamento das políticas neoliberais para o campo e para a cidade. Todavia, esse processo desnuda as performances e máscaras sociais veladas numa política de coalisão de classes. Os trabalhadores golpeados podem, de um lado, reconhecerem sua condição de classe e posicionarem-se coletivamente a favor dos interesses majoritários, ou permanecerem resignados e reféns da cegueira ideológica.

Nesse cenário de ameaça de direitos conquistados pela luta e organização popular, os assentados de reforma agrária situam-se no *front* dos conflitos. Isto porque os assentamentos, a despeito de toda precariedade que se encontram, desnudam a possibilidade (socialmente obstruída) de outros modos de produzir, de se relacionar, de habitar o mundo. A batalha pela moradia é um exemplo disso. Muito além da construção de edifícios, ou seja, da materialização de um direito, o PNHR relaciona-se com princípios dessa “nova” sociabilidade, pautada na solidariedade, na ajuda mútua, no acolhimento do outro.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **XV Seminário do Programa de Pós-Graduação em Educação – Pesquisa, Educação e (des)Construção da Democracia**. Universidade Federal de Goiás. 25 de setembro de 2018, , Goiânia.

_____. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Editora Vozes Limitada, 2017.

ATLAS DO AGRONEGÓCIO: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. GLASS, Verena; SANTOS, Maureen (orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018. 60 p.

BARTRA, Armando. Campesindios. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. **Boletín de Antropología Americana**, n. 44, p. 5-24, 2008. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents>. Acesso em: set. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –INCRA. Incra volta a construir casas em assentamentos. Disponível em: <https://www.portalt5.com.br/noticias/politica/2018/6/108839-incra-volta-a-construir-casas-em-assentamentos>. Acesso em: set. 2018.

_____. Portaria nº 366. **Presidência da República**. Brasília, 7 de junho de 2018. Disponível em: http://www.impresnacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21057745/do1-2018-06-08-portaria-n-366-de-7-de-junho-de-2018-21057536 Acesso em: ago. 2018.

_____. Emenda Constitucional Nº 95. **Presidência da República**. Brasília, em 15 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html> Acesso em: ago. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo, Brasil/2015**. CPT nacional,

Goiânia: CPT Nacional, 2016, p. 01-240. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 29 de jan. de 2016.

_____. **Caderno de Conflitos no Campo-2016**. Goiânia: CPT nacional, 2017. 232 p. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 29 de jan. de 2017.

_____. **Caderno de Conflitos no Campo-2017**. Goiânia: CPT nacional, 2018. 280 p. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 29 de jan. de 2018.

FELICIANO, Carlos Alberto; MITIDIERO JUNIOR, Marcos. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **Okara: Geografia em debate**, v.12, n° 2, p. 220-246, 2018.

MARX, Karl. **A origem do capital: a acumulação primitiva**. (Tradução Walter S. Maia). São Paulo: Global Editora, 1977. 140 p.

STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 175-195, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142018000200175&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: ago. 2018.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**. São Paulo: Boitempo, 2014. 195 p.

Submetido em: novembro de 2018

Aceito em: Março de 2019